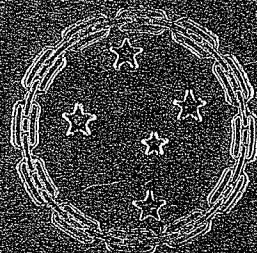


ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

TE-86

DIRETRIZES E BASES PARA UMA REFORMA
DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Prof. Darcy Carvalho

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS	TE-85
TRABALHO ESPECIAL - 1985	
DIRETRIZES E BASES PARA UMA REFORMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL	
TEMA Nº 80	
Prof. DARCY CARVALHO	

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO SUPERIOR DE GUERRA
TE-85

TRABALHO ESPECIAL - 1985

DIRETRIZES E BASES PARA UMA REFORMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL NOS
SEUS DIVERSOS NÍVEIS, DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS
ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS, BUSCANDO-SE A MELHOR DESTINAÇÃO DOS
RECURSOS DISPONÍVEIS E A UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
EDUCACIONAIS

Prof. DARCY CARVALHO

TEMA Nº 80

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - <u>INTRODUÇÃO: EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI</u>	1
CAPÍTULO II - <u>A CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA</u>	13
2.1 - <u>Ensino Primário</u>	13
2.2 - <u>A Pré-Escola</u>	17
2.3 - <u>Educação de Adultos</u>	19
2.4 - <u>A Educação dos Menores Abandonados</u>	23
2.5 - <u>Educação Especial</u>	27
2.6 - <u>O 2º Grau e o Ensino Técnico</u>	28
2.7 - <u>O Ensino Militar</u>	33
2.8 - <u>O Serviço Militar</u>	39
2.9 - <u>O Ensino Superior ou 3º Grau</u>	41
CAPÍTULO III - <u>NOVA POLÍTICA PÚBLICA EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO</u> .	46
CAPÍTULO IV - <u>FINANCIAMENTO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMEN-</u> <u>EM EDUCAÇÃO</u>	52
CAPÍTULO V - <u>CONCLUSÃO: EDUCAÇÃO. DESENVOLVIMENTO. SEGURAN-</u> <u>ÇA</u>	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
RESUMO INFORMATIVO	59

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO: EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

O Brasil deverá ter no ano 2019 uma população de 240 milhões de habitantes dos quais aproximadamente 44,5 milhões estarão na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade. De que maneira o sistema educacional brasileiro vem evoluindo no sentido de adequar-se paulatinamente para suportar as grandes responsabilidades desse futuro tão desafiador e tão próximo?

Desde a proclamação da República nosso sistema educacional vem sendo objeto de frequentes reformas, algumas com resultados pouco satisfatórios ou efêmeros.

Já em 1890, ocorre a de Benjamin Constant, seguida em rápida sucessão pelas reformas Epiácio Pessoa (1901), Rivaúvia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915), Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1931), Gustavo Capanema (1942), Lei de Diretrizes e Bases (1962), alterada em (1971), e os acordos MEC-USAID, 1964-1971.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as alterações sugeridas pelo projeto do Deputado Carlos Lacerda e as modificações e regulamentações da Revolução de Março, inaugura no Brasil a deterioração sistemática e programada da escola pública, pelo predomínio que ensejou da escola privada, e pela virtual transformação do sistema escolar em campo de batalha ideológica e de doutrinação política.

O forte conteúdo emocional e político que envolve as reformas do ensino a partir de 1971, torna difícil a análise da literatura disponível dicotomizada em dois campos irreconciliáveis.

A problemática educacional apresenta numerosas facetas igualmente importantes: o aspecto cultural ou sociológico, o aspecto político, o aspecto individual, ético e religioso e finalmente o aspecto econômico.

Torna-se portanto necessário indicar, de início, de que maneira podemos enfocar a educação a partir de cada uma dessas óticas singulares:

No aspecto político, a educação pode ser considerada como um meio ou instrumento para a consecução de certos fins políticos.

Neste sentido os fins podem ser atingidos com a intensificação, aperfeiçoamento, deterioração ou supressão do processo educacional.

Do ponto de vista sociológico a educação constitui um aspecto do processo de interação, com influência sobre a estrutura, a estabilidade e a mobilidade social.

Num País como o nosso, de recente formação, cujo povo descende de etnias e classes sociais as mais diversas, cabe à escola missão da mais alta relevância na promoção da integração social, na aceleração da mobilidade social, e na ativação de um contínuo processo de assimilação cultural.

Transmite a escola às novas gerações o patrimônio histórico, lingüístico e cultural, acumulado pela Nação nestes quase cinco séculos de existência, capacitando os jovens a incorporar-se à vida social e política e a participar, no

momento oportuno, da força de trabalho.

A educação é um fenômeno social, manifestação da maneira de ser da sociedade e o instrumento que lhe assegura a continuidade. Um sistema educacional não pode ser compreendido senão no contexto social que lhe deu origem: está condicionado pelo regime econômico, social, político e religioso vigentes.

Dentro da abordagem econômica, podemos considerar a educação como um agente produtivo, ou seja, como uma indústria no setor terciário.

Nesta ótica, como indústria complexa verticalmente integrada no setor serviços, a educação pode ser analisada quanto à sua demanda, quanto à sua estrutura de oferta e quanto à diversidade de produtos que pode lançar no mercado.

Como indústria ou atividade econômica específica o sistema educacional pode ainda ser analisado quanto à sua infra-estrutura física, ou quanto à sua tecnologia, técnicas, processos e meios de produção, bem como no que se refere aos seus fatores produtivos, matérias-primas, metas e qualidade dos produtos gerados.

Nenhuma atividade econômica se exercita ou subsiste senão na medida em que satisfaz necessidades humanas através da utilização de recursos naturalmente escassos. Portanto, dentro de uma abordagem econômica cumpriria ainda analisar a problemática dos custos e da rentabilidade do processo educacional, bem como a da sua integração na matriz de relações interindustriais do País como setor estratégico, crítico, ocupado na formação de recursos humanos para si próprio e para os demais setores.

Finalmente, a educação nacional pode ser avaliada do ponto de vista da pessoa humana, isto é, do indivíduo como entidade ética, religiosa, econômica, política e filosófica.

Do ponto de vista individual a educação pode ser considerada como um bem de consumo durável ou como um bem de capital, pode ser vista como um fim em si mesma ou como um instrumento para atingir certos objetivos econômicos ou políticos.

A educação do ponto de vista individual é sobretudo um instrumento de auto-afirmação, de diferenciação e mobilidade social e econômica.

Nas sociedades estratificadas em classes em que se permite a mobilidade e a ascensão social a educação constitui o mecanismo mais adequado para o aproveitamento ótimo do potencial humano da Nação, impedindo a eternização das disparidades sócio-culturais pela ativação da concorrência e da emulação entre os indivíduos de todos os grupos e classes.

Nos países em desenvolvimento, com grandes desníveis sociais e econômicos, a educação universal, pública, laica e gratuita apresenta-se como o instrumento ideal de transformação e modernização democrática.

A coesão social neste caso é assegurada não pela ossificação da estrutura social, e supressão da concorrência entre os indivíduos, mas sim pela progressiva coalescência das classes por efeito da intensificação e ampliação do processo educacional a todos os grupos sociais.

O descontentamento com a performance geral do nosso sistema educacional deve ser examinado dentro de cada uma das abordagens possíveis, a que nos referimos brevemente, a fim

de melhor evidenciar seus pontos frágeis sem contudo omitir os acertos e os pontos fortes do sistema. Não há como negar por exemplo, que o sistema escolar brasileiro respondeu de modo satisfatório à imensa demanda de mão-de-obra, com os mais variados níveis de qualificação, sem o que não teria sido possível a viabilização do nosso surto recente de desenvolvimento.

Não obstante, de um ponto de vista político, não há dúvida de que certas reformas no curso secundário podem ser inquinadas de discriminatórias contra as classes populares ao cercar-lhes compulsoriamente o acesso a níveis superiores de ensino, em troca de formação profissional duvidosa.

Para apreender as causas profundas dos problemas que hoje avassalam o nosso sistema educacional devemos lembrar das imensas transformações sofridas pelo Brasil após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos aspectos econômico, tecnológico, demográfico, social, cultural e religioso.

As marcas e efeitos desta vasta problemática podem ser percebidos nos resultados de uma pesquisa realizada em São Paulo, em julho de 1978:

Preocupada com o baixo desempenho dos estabelecimentos de 1ª e 2ª graus, a Academia de Ciências do Estado de São Paulo promoveu um simpósio sobre o ensino de algumas disciplinas científicas básicas, visando diagnosticar a patologia do problema e sugerir soluções.

Os resultados colhidos apontaram as seguintes causas como sendo as principais responsáveis pela queda da qualidade do ensino nas escolas médias oficiais do Estado de São Paulo:

1. O pequeno percentual de recursos do orçamento público destinado à educação.
 2. A grande expansão da rede escolar, sem que se cuidasse simultaneamente da qualidade de ensino.
 3. Cursos de Licenciatura que têm lançado no mercado professores deficientemente formados.
 4. Condições de trabalho precárias tanto dos professores como dos funcionários, caracterizadas pelas seguintes circunstâncias:
 - a) baixa remuneração do magistério e sobrecarga de trabalho;
 - b) grande rotatividade dos professores, por inadequação dos regimes de trabalho;
 - c) reduzido número de funcionários e baixa remuneração dos mesmos;
 - d) freqüentes mudanças curriculares e planejamentos inadequados;
 - e) quase inexistência de laboratórios didáticos;
 - f) elevado número de alunos por classe.
 5. Baixo nível sócio-econômico de grande parte dos alunos.
 6. Número insuficiente de aulas para as matérias de formação geral.
 7. Aprovação indiscriminada de alunos, agravada pelos sistemas de avaliação, recuperação e promoção implantados recentemente.
 8. Falta de participação da comunidade nas atividades e seu desinteresse pelos problemas da escola.
- É fácil encontrar explicação para esta conclusão.⁶

A rápida urbanização ocorrida no Estado de São Paulo, e também no resto do Brasil, elevou consideravelmente a procura da rede escolar que teve de ser expandida com grande rapidez.

Ao mesmo tempo o desenvolvimento industrial e o crescimento do setor terciário passaram a exigir mão-de-obra mais qualificada e em grande quantidade.

Os investimentos públicos por sua vez concentraram-se preferencialmente nas grandes obras de infra-estrutura, iluminação, asfaltamento, saneamento, abertura de estradas, construção de hidroelétricas, construção de prédios públicos, etc, consumindo recursos que por este motivo não puderam aplicar-se à área social.

Apesar da expansão da rede, encurtamento do período escolar e generalização de cursos noturnos não foi possível evitar a excessiva concentração de alunos por classe e nenhuma atenção foi dada ao aperfeiçoamento do apoio didático e dos professores.

O problema não ocorreu só na escola média, mas também nos cursos superiores que se multiplicaram, especialmente a rede privada, sem a necessária infra-estrutura e com professores sem as devidas qualificações e geralmente muito mal pagos.

A extensão do ensino em todos os níveis às classes sociais mais baixas, sem dúvida um fato de elevado alcance social e político, teve como consequência a pletora dos cursos e a busca de expedientes que facilitassem sua rápida passagem pela escola abrindo vagas para novos candidatos sempre numerosos.

As conclusões da pesquisa permitem-nos duas outras constatações importantes no âmbito social:

Em primeiro lugar, verifica-se que um grande número de alunos com baixo nível sócio-econômico está tendo oportunidade, pela primeira vez na história brasileira, de chegar aos bancos escolares.

A segunda constatação é a de que a escola brasileira ainda não aprendeu a assimilar os recém-chegados e não se adequou também ao seu novo e importantíssimo papel de transformadora da sociedade pela educação integral desses indivíduos.

A insensibilidade das autoridades brasileiras com relação ao papel da escola, especialmente da escola pública e gratuita, na elevação social das massas, tem-nos levado a cometer alguns erros profundos no encaminhamento da questão educacional tais como o esvaziamento dos currículos, a tentativa de profissionalização precoce, e o quase irremovível preconceito contra a aplicação ampla e um programa sério de alimentação e assistência aos estudantes.

É interessante notar que a pesquisa não se referiu ao problema do livro didático como causa do baixo nível do ensino, talvez seja porque no Brasil o livro didático tem sido sempre tão inadequado, que muitos deixam de dar a esse instrumento de ensino todo o valor e aplicação que merece.

Na avaliação da eficiência do sistema escolar, as autoridades educacionais federais e estaduais têm adotado critérios estreitos, e portanto impróprios, como se as escolas fossem nada mais nada menos que vastas linhas de produção de trabalhadores para a indústria. Daí o grande empenho em exco-

gitar expedientes que permitam uma rápida e sumária passagem dos alunos pelos bancos escolares, considerando-se indesejáveis as repetências.

A razão primeira do elevado grau de repetência está em que os alunos de nível sócio-econômico baixo necessitam de mais tempo para assimilar a língua e os mecanismos de raciocínio. O que devemos fazer é adequar a escola sem baixar o padrão de ensino nem o conteúdo curricular, numa verdadeira batalha pela civilização do povo. A grande pressão que sofrem os repetentes provoca o seu afastamento dos cursos, interrompendo-se a educação de vastos contingentes de jovens cujo futuro fica assim irremediavelmente comprometido.

Também não devemos esquecer que o baixo desempenho profissional dos professores tem sido uma das causas principais do fracasso escolar de milhares de alunos.

O desinteresse e a desmotivação dos docentes pela sua profissão pode ser constatado pela frequência das faltas ao trabalho.

Em São Paulo, a proporção de faltas de professores nas escolas oficiais de 1º e 2º graus tem sido tão grande que o novo estatuto do magistério estadual, recentemente elaborado pelo Estado, introduziu a assiduidade como um dos critérios para a ascensão do professor na carreira. A medida adotada partiu da constatação de que existe uma relação direta entre a frequência das faltas dos professores e o mau desempenho dos alunos...

Intimamente associada às faltas dos professores efetivos, a carência de substitutos é o segundo principal fator para o agravamento da situação no ciclo básico.

Os elementos que até aqui pudemos coligir apontam com clareza as causas principais do baixo rendimento escolar da juventude brasileira. São as seguintes:

- dificuldade das autoridades e dos docentes em reconhecer que a incorporação crescente de alunos com um nível sócio-econômico mais baixo exige maior esforço para compensar as deficiências da nova clientela;
- grande parte dos alunos apresentam deficiências alimentares evidentes e ambientes familiares incompatíveis com atividades intelectuais sérias.
- baixa qualidade do livro didático;
- ausência de infra-estrutura pedagógica nas escolas;
- desinteresse e preconceito profissional dos docentes;
- formação inadequada dos professores;
- excesso de burocracia escolar;
- elevada frequência de alterações curriculares;
- absenteísmo dos docentes e falta de substitutos;
- mau aproveitamento do ano letivo; (Cf. Nota 1)
- curta permanência do aluno na escola;
- incorporação precoce dos alunos ao mercado de trabalho;
- mau encaminhamento do problema das repetências.

A evasão escolar constitui o problema principal do nosso sistema de ensino e uma derrota humilhante da Nação Brasileira em seu esforço de aperfeiçoamento e educação do povo.

NOTAS AO CAPÍTULO 1

Nota(1): O ano letivo do ciclo básico tem a mesma duração no Brasil, Estados Unidos e França, 180 dias. Na Inglaterra ele ocupa 42 semanas, ou seja, 210 dias úteis.

Na França, o curso primário tem duração de cinco anos, carga horária de 27 semanas e destina-se obrigatoriamente a alunos na faixa dos sete aos onze anos: O secundário com a mesma carga horária dura quatro anos e é obrigatório para jovens dos doze aos dezesseis anos. Este ciclo tem um período complementar optativo de três anos e que prepara o aluno para setores profissionalizantes de nível técnico. O aluno permanece seis horas na escola, com turnos cumpridos das 9h às 12h e das 14h às 17h, exceto aos sábados, quando funciona apenas o período matutino. Quartas-feiras são dias livres, hoje ocupados com lazer e esportes, e antigamente destinados ao ensino religioso.

Nos Estados Unidos o aluno permanece seis horas e 45 minutos na escola, entre as 8h e as 14h 45, com quarenta minutos de intervalo para o almoço, e o ensino é obrigatório dos três anos de idade até a conclusão do curso colegial, deixando como opcional apenas a formação superior.

Na Inglaterra, a jornada diária é de sete horas, cumpridas entre 9h e 16h, e a permanência na escola é obrigatória dos cinco aos onze anos.

No Brasil, o ensino público é obrigatório entre os sete e os quatorze anos. O ciclo básico compõe-se de oito séries. Nas escolas onde existem quatro turnos a jornada diária é de quatro horas nos três primeiros períodos e três horas e trinta minutos no último. Da quinta a oitava série no período vespertino a jornada é de quatro horas e vinte minutos.

O encurtamento da jornada de trabalho tem sido um recurso comum para atender o excesso de demanda no ensino primário.

CAPÍTULO II

A CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Uma breve análise da conjuntura educacional brasileira, com base nos levantamentos recentes realizados pelos governos estaduais, pelo atual Ministro da Educação e por seus predecessores imediatos, nos permitirá identificar as tarefas e os obstáculos com que se defronta, neste final de século, o nosso sistema educacional em seus diversos níveis.

2.1 - Ensino Primário

A população brasileira na faixa etária de 7 a 14 anos é de 24 milhões de pessoas. Do total oito milhões não têm acesso à escola e destes quatro milhões não são alfabetizados, segundo dados do Ministério da Educação.

De cada 100 alunos que se matriculam na primeira série apenas 18 concluem o curso e obtêm o diploma, sem nenhuma reprovação; 24 concluem o curso com atraso; e 58 não concluem o curso, por um motivo ou outro.

Tomando-se a população como um todo, são baixos os níveis de escolaridade no Brasil. Em 1980, dos 34,5 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 30 anos, cerca de 20%, ou seja, aproximadamente 7 milhões, tinham as quatro séries do 1º grau e apenas 3 milhões, isto é, 10% do contingente dessa faixa etária, tinham oito anos de estudo.

Além dos baixos níveis de escolaridade, os serviços oferecidos não correspondem às reais necessidades do País, devendo-se destacar como obstáculos à boa performance do ensino de 1º grau, as grandes dificuldades de acesso ao sistema escolar, a queda no conteúdo e qualidade do ensino, a pouca valorização dos profissionais que a ele se dedicam e a presença de vasto contingente de analfabetos adultos.

As dificuldades de acesso ao sistema escolar verificam-se tanto na zona urbana como na zona rural, devendo-se assinalar como óbice principal a precaríssima situação sócio-econômica das famílias e a instabilidade do emprego.

A queda na qualidade do ensino decorrente da expansão do sistema, para atender, fosse como fosse, a expressiva expansão demográfica, especialmente nos centros urbanos, deve-se ao preparo insuficiente do pessoal docente, à carência de material didático adequado e de preço acessível, à ausência de assistência pedagógica, mas principalmente à total desmotivação profissional provocada pelos baixíssimos salários, que vigoram indevidamente neste setor.

Mesmo em São Paulo, Estado considerado desenvolvido, pouquíssimas escolas dispõem de bibliotecas ou de recursos audio-visuais. E até certas facilidades como máquinas de reprografia, máquinas de escrever e calcular não estão disponíveis para os professores.

O crescimento da demanda provocou o encurtamento do período escolar diário, sem a necessária elevação da qualidade do ensino, acarretando um sensível rebaixamento do nível de educação formal das grandes massas de adolescentes, cuja verdadeira escola passou a ser a televisão, inegavelmente ubi

qua, mas descompromissada com os ideais de elevação nacional, e em certos aspectos francamente deletéria.

Um outro fato importante, responsável também pela atual conjuntura educacional do País, é o escasso entrosamento da escola com a comunidade e a reduzida participação dos diferentes grupos populacionais na proposta de um projeto de educação nacional eficiente e democrático, voltado para o desenvolvimento cultural, ético, social e econômico dos estudantes.

No que se refere ao escasso entrosamento da escola com a comunidade, convém lembrarmos da imensa transformação sofrida pelo Brasil nas últimas décadas, provocada pela urbanização acelerada e pelo significativo grau de concentração da renda.

O crescimento da população urbana, pela absorção de migrantes provenientes tanto do interior dos Estados como também de outras unidades da Federação, forçou a expansão das redes escolares, ao mesmo tempo em que os grupos sociais beneficiados pelo surto de desenvolvimento afastavam os seus filhos da escola pública desprestigiada pelos poderes públicos, preferindo colégios particulares de melhor nível.

Num País como o nosso, com uma população heterogênea de origem predominantemente rural, a integração das crianças de todos os grupos sociais, que ocorria nas boas escolas oficiais até passado não muito remoto, era importante fator para o aperfeiçoamento social dos filhos dos trabalhadores. Isto hoje já não ocorre e as classes mais privilegiadas tendem a isolar-se em bairros residenciais exclusivos enfraquecendo a solidariedade e interação que deveria existir entre

todas as classes sociais.

É óbvio que nestas circunstâncias a educação do povo deixa de ser um problema em que as elites tenham interesse real, profundo e pessoal.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República 1986-1989, confirmando estas observações, assim se refere aos problemas do ensino de 1º grau:

"Os déficits de escolaridade permanecem virtualmente inalterados no Brasil há vários anos. Na década de 80, a matrícula nas quatro primeiras séries do 1º grau cresceu em ritmo inferior ao aumento vegetativo da população. Quando, no entanto, se observa que as matrículas da primeira série aumentaram a ritmos similares ao da população, evidencia-se o significado desse fenômeno:

- Os alunos ingressam, mas não conseguem progredir regularmente ao longo das quatro séries. Acumulando repetências acabam abandonando a escola.

"Torna-se cada vez mais evidente que o acesso ao sistema escolar e a repetência assumem contornos críticos. Nas primeiras séries, os repetentes constituem quase metade de todos os alunos, elevando-se essa proporção no meio rural. Ao longo das oito séries do 1º grau (ciclo básico), o quadro tende a agravar-se, estimando-se que a taxa de repetência alcance 22% dos alunos em 1985. Consequentemente, ao final do ano letivo, apenas 51% estarão na faixa etária adequada à série escolar que cursam e, dentre os concluintes da oitava série, somente 26% terão a idade prevista na legislação do ensino. Com isso, a capacidade escolar fica absorvida, em boa parte, pelo grande contingente dos que repetem.

"As dificuldades com que se defrontam os sistemas de ensino para atender às crianças e adolescentes somam-se, ainda, as decorrentes do fracasso e da evasão escolar. Os desistentes, com escolarização inferior a quatro séries, chegam a atingir 45% do grupo etário de 11 a 14 anos. Uma parcela dos alunos mais carentes é precocemente absorvida pelo mercado de trabalho, enquanto outra abandona a escola para ajudar a família nos afazeres domésticos. Associam-se à evasão os obstáculos encontrados pelos alunos no processo de alfabetização e na aprendizagem inicial da aritmética.

"Ao mesmo tempo, a seletividade sócio-econômica do ensino é acentuada e conhecida. No início da

década de 70, o estrato que percebia até um salário-mínimo deixou de enviar 52% de suas crianças à escola, em comparação com apenas 3% no estrato que percebia mais de dez salários mínimos. Ao final da década o quadro permaneceu quase inalterado.

"Esses dados refletem, a um só tempo, a pobreza da maioria da população e a deficiente oferta de serviços educacionais às camadas menos favorecidas." (...)

A par das dificuldades reconhecem também as autoridades federais que o sistema educacional ressen-te-se da ausência não só de Bons currículos mas também de material didático-pedagógico adequado, bem como da falta de apropriado dimensionamento e localização dos espaços físicos, ensejando sobrecarga ou ociosidade na estruturação de turmas e de turmas escolares:

"Interferem, finalmente, no funcionamento da escola, os elevados índices de subalimentação e subnutrição. A alimentação escolar, apesar dos sensíveis avanços na cobertura e na frequência de oferta, não alcança, de forma regular, todos os alunos carentes": registra o I PND-NR, publicado recentemente.

2.2 - A Prê-Escola

O Brasil tem 20 milhões de crianças em idade pré-escolar, a faixa etária situada entre os três e os seis anos.

Desse contingente, somente quatro milhões estão sendo atendidos por escolas, somando-se as redes pública e particular.

Embora obrigatória nos Estados Unidos da América, para crianças a partir dos três anos de idade, a pré-escola ainda é vista no Brasil como um luxo acessível apenas à famílias de classe média para cima.

A experiência no Brasil é muito recente e desenvol-

ve-se, ainda na base da improvisação, havendo, contudo, nas grandes cidades como São Paulo e Rio, alguns estabelecimentos pré-escolares de elevado padrão pedagógico, que funcionam como preparatórios para o ingresso nas escolas particulares e de alto nível.

A implantação de pré-escolas junto aos grupos escolares, como uma antecipação ao curso primário, se fosse proporcionada, gratuitamente, a toda a população infantil interessada, representaria um grande avanço para melhorar o perfil intelectual e o desempenho dos escolares, que chegariam à primeira série do ciclo básico com um vocabulário maior e já tendo adquirido algumas habilidades motoras para a escrita, bem como já teriam também mais desenvolvidos os hábitos da sociabilidade e higiene pessoal.

O atual Ministro da Educação Marco Maciel pretende que a nova Constituição consagre a escolaridade infantil no Brasil, como sendo obrigatória a partir dos cinco anos, antecipando-se em dois anos o início da vivência da criança na escola, mantendo-se, embora, a prioridade para os estudantes dos 7 aos 14 anos, como exige a atual Constituição.

Em entrevista recente concedida a um jornal carioca declara Marco Maciel:

"Reconheço que o pré-escolar é fundamental, até mesmo para que a criança, quando for fazer o primeiro grau, possa ter condições de assimilar tudo o que vai ser ministrado. Mas enquanto não conseguirmos assegurar a escola para todos, não podemos pensar em dar prioridade à pré-escola. Acredito que, na Constituinte, possamos obter maior espaço político para a educação, levando a prioridade até o pré-escolar." (Cf. Globo. 2/6/85, pág. 16).

O Professor Aloísio Sotero, Secretário de Ensino de 1º e 2º graus do Ministério da Educação, discorrendo sobre as

atualidades e perspectivas da Educação Nacional, em painel promovido pela Escola Superior de Guerra ao tratar das questões relativas às várias modalidades e graus de ensino, paralelos à educação básica referiu-se ao problema da educação pré-escolar, enfocando-a lucidamente de um ponto de vista pragmático:

"Com o advento da civilização industrial, a estrutura familiar sofre um impacto, passando a mulher a participar mais efetivamente da renda da casa, engajando-se no mercado de trabalho.

Este fato obrigou a uma nova acomodação da família que se vê impelida a solucionar o problema da guarda e cuidado com a criança. A educação infantil que correspondia antes a apenas uma preocupação do educador e do psicólogo que viam a consequência das privações alimentares, sociais e afetivas nessa idade, refletida nas idades posteriores, passa a preocupar também o poder público. No MEC a educação pré-escolar torna-se preocupação a partir de 1974, quando ainda não eram tão fortes a consciência social e as pressões populares por um atendimento nessa faixa".

A decisão de proporcionar o ensino pré-escolar para as populações carentes urbanas, atendendo prioritariamente crianças na faixa de 4 a 6 anos, levou o MEC a procurar formas de viabilizar sua implantação a médio prazo:

"A estratégia escolhida foi a de um atendimento comunitário, através de convênios com os municípios, em áreas de lazer disponíveis, com construções simples levantadas com a própria mão-de-obra local. Passou-se a contar com um atendimento chamado não convencional, resultante da política de integração com os outros órgãos de Saúde e Previdência Social. Neste momento, afirma Aloísio Sotero, novas formas de articulação estão sendo previstas entre esses organismos e o MEC, a fim de que o problema da criança seja visto de maneira global."

2.3 - Educação de Adultos

A problemática da educação de adultos no Brasil a-
19

presenta várias facetas que devem ser visualizadas corretamente a fim de que a profundidade e extensão das dificuldades enfrentadas neste setor possam ser corretamente avaliadas de modo a permitir o dimensionamento adequado do potencial de recursos que deveria ser direcionado para o atendimento destas particulares demandas.

Em primeiro lugar poderíamos dividir a população adulta em dois grandes grupos, o dos adultos jovens, na faixa etária dos 18 aos 35 anos e a dos adultos maduros, na faixa dos 36 aos 65 anos.

É evidente que as necessidades escolares dos dois grupos são distintas ou possuem intensidades diversas, sendo de qualquer forma mais urgente o atendimento dos mais jovens com programas que os capacitem a melhor enfrentar as dificuldades da existência especialmente nos centros urbanos.

Até recentemente costumava-se associar a educação de adultos com o mero processo de alfabetização realizado no período noturno, geralmente. Hoje o conceito ampliou-se e abrange uma série de atividades complementares voltadas para a habilitação profissional.

Esta visão mais ampla e mais sintonizada com as reais necessidades destes indivíduos tem tido o efeito de desviar recursos da alfabetização propriamente dita, de tal forma que a erradicação total do analfabetismo ainda constitui um problema a exigir equacionamento definitivo e urgente.

Do ponto de vista pedagógico a alfabetização e a aquisição do mecanismo da leitura constituem problemas extremamente simples como qualquer professor sabe.

A alfabetização de um adulto não difere da alfabe-

tização de uma criança, sendo até muito mais fácil visto que a motivação do adulto que se submete ao processo está assegurada pelo seu maior entendimento. O fracasso advém da forma desinteressante ou displicente como se processam as lições, e do preconceito social.

O problema do texto a ser usado na alfabetização também é irrelevante. No Brasil no entanto por razões políticas levantam-se grandes celeumas sobre o texto das cartilhas e primeiros livros de leituras para adultos porque se deseja doutriná-los e alfabetizá-los ao mesmo tempo. Isto é um erro crasso. O processo pedagógico deve ser absolutamente neutro e o uso que o adulto fará da habilidade que lhe queremos transmitir é problema pessoal dele.

A tentativa ambiciosa de enriquecer o processo de alfabetização de adultos até transformá-lo num sistema completo de educação e capacitação profissional é responsável pelo fracasso do Movimento Brasileiro de Alfabetização executado sob a responsabilidade da Fundação MOBRAL, fundada em 1967, cujo objetivo é cuidar da alfabetização e da educação continuada de adolescentes e adultos.

O grande problema das instituições tradicionais, isto é, das escolas públicas na manutenção de campanhas sistemáticas de alfabetização de adultos sempre foi a falta de recursos adicionais para a contratação de professores regulares. Portanto não havia necessidade de criar o MOBRAL e sim de ampliar a ação de todos os estabelecimentos de ensino já existentes no Brasil de modo que pudessem atender regularmente a alfabetização de adultos enquanto existisse o problema do analfabetismo nessa faixa etária.

Com uma dotação generosa e um plano grandioso expandiu-se o MOBRAL por todo o País, improvisando professores e ampliando sua estrutura organizacional.

Hoje, além do Programa de Alfabetização, o MOBRAL oferece um Programa de Educação Integrada, um Programa de Educação pelo Trabalho, um Programa Pré-escolar, além de manter 2000 postos culturais...

Com semelhante dispersão de esforços e fundos não conseguiu o MOBRAL erradicar o analfabetismo no Brasil em dezoito anos de atividades.

Sobre a atual desorientação no encaminhamento da solução para esse elementar problema do analfabetismo no Brasil, assim se expressou o Prof. Aloísio Sotero, Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação:

"Merecem ainda análise de nossa parte as questões relativas à educação de adultos que tantas controvérsias tem gerado no seio dos educadores brasileiros.

"É sabido que, após a Lei 5692/71, na qual foi introduzido um capítulo especial referente ao Ensino Supletivo, a educação de adultos floresceu na perspectiva da alfabetização funcional, segundo modernos conceitos difundidos pela UNESCO, anteriormente já experimentada entre nós, e associada à conscientização política e mobilização comunitária. (sic)

"A educação de adultos tem sido estimulada pela tele-educação, seja através de programas educativos inscritos obrigatoriamente nas emissoras, seja pelo desenvolvimento do ensino regular via TV e rádio, em circuito aberto ou em sistemas próprios de tele-salas.

"Pesquisam-se linguagens, métodos, enquanto se expandem as retransmissoras que permitem o alcance dos mais longínquos lugares. Todavia, os resultados não tem sido dos mais promissores no sentido de minimizarmos o problema do analfabetismo no País. (sic)

"O Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos - MOBRAL - passa, neste momento, por pro-

fundas modificações para fixar-se na educação de jovens e adultos que não se alfabetizaram na idade regular. (sic)

O analfabetismo já teria sido erradicado se os recursos até aqui dispendidos em ensaios e pesquisas tivesse sido simplesmente canalizados para as escolas de 1ª e 2ª graus já instaladas, com a determinação de que mantivessem normal e regularmente, em horário conveniente, uma ou duas classes para alfabetização de adultos, localizados e incentivados a matricular-se.

Através das crianças e adolescentes alunos das escolas de 1ª e 2ª graus é possível localizar todos os analfabetos existentes numa região.

Neste momento em que os trabalhadores rurais estão sendo forçados a mudar-se para os centros urbanos e tornar-se trabalhadores rurais volantes (bóias-frias em São Paulo), devem as autoridades educacionais deflagrar um grande esforço de alfabetização e de assistência social e sanitária, tendo como alvos principais as periferias das cidades localizadas em regiões agrícolas.

2.4 - A Educação dos Menores Abandonados

Os meninos de rua, na rua, ou porque perderam os pais naturalmente, ou porque seus pais, embora vivos, não se interessam por eles, ou não têm com que criá-los adequadamente, constituem um dos mais sérios e um dos mais trágicos dos problemas sociais que angustiam este País.

Geralmente negros ou mestiços, mas também brancos e louros, estes meninos e meninas, embrutecidos pela ausência de cuidados desde a mais tenra infância, de difícil

abordagem, alguns prestes a se tornar criminosos, outros delinqüentes, velhos conhecidos dos policiais e das FEBEMS, desamados e temidos pelo público, violentados e explorados nos ambientes sórdidos em que têm de vegetar, constituem nesta Oitava Potência Industrial do Ocidente, uma população de 7 milhões de párias.

Estes 7 milhões de brasileiros perderam todas ou quase todas, as ligações com a família: são abandonados e marginalizados. Constituem no entanto apenas um subconjunto de um conjunto muito mais amplo constituído por crianças pobres, com idades abaixo dos 18 anos, cerca de 36 milhões em todo o País.

A solução deste problema, paradoxalmente, não passa pelo Ministério da Educação, como se não se tratasse de educandos da Nação, pelo simples fato de serem pobres e mal-nascidos.

Em 1964, o governo estabeleceu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que, sob a alegação de falta de recursos financeiros, técnicos e humanos, atende a menos de 6% daqueles que teria obrigação institucional de ajudar.

Nelson Aguiar, novo diretor da FUNABEM considera que seu primeiro dever é tornar público a triste situação da entidade que começa a dirigir:

"Meu primeiro dever é denunciar com a maior veemência possível esta situação. Este é um problema político. Um País que tem a oitava maior economia capitalista do mundo não pode alegar que não dispõe de recursos para resgatar da miséria seu mais caro patrimônio." (...)

"Lidamos com as conseqüências da deficiência de políticas de terra, agrícola, educacional, trabalhista e sanitária, afirma Aguiar. Somos apenas a ponta visível de um sistema social falido". (Jornal do Brasil: 28/10/85, 1º caderno, pág. 4)

Em Minas Gerais, o pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, presidente há três anos da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) daquele Estado, acha no entanto que não se trata apenas de um problema financeiro ou político.

Segundo Gomes da Costa, a melhor coisa que se pode fazer para o bem-estar da criança e do adolescente é acabar com essa velha estrutura de atendimento e controle montada ao longo dos últimos 20 anos, e humanizar o atendimento, superando as práticas correcionais e repressivas, assim como o assistencialismo, substituindo-os por um trabalho educativo no sentido mais lato:

"As principais características das instituições encarregadas do bem-estar do menor hoje são: irracionalidade administrativa, concepção autoritária e controlista do processo de atendimento, incompetência técnica, degradação do indivíduo, burocracia excessiva e empreguismo.

"Montou-se, diz Antonio Carlos, uma enorme máquina de recursos e interesses que hoje, a meu ver, é o principal obstáculo à implantação, em nosso País, de uma verdadeira política de promoção e defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes marginalizados. Esse aparelho assistencial consome recursos vultosos em práticas sociais equivocadas como a apreensão, triagem, deportação e confinamento de crianças e adolescentes para internatos situados fora das regiões metropolitanas, de onde se origina o processo de degradação social e pessoal das camadas marginalizadas da população....)

"Precisamos substituir este modelo iníquo de atendimento por práticas mais humanas e consequentes do ponto de vista de sua efetividade enquanto político-social."

"A FUNABEM e as FEBEMS, diz ele, contrataram pessoas que formam um verdadeiro exército de funcionários encastoados em burocracias kafkianas e envolvidas em práticas equivocadas de atendimento que, em razão de fortes interesses corporativos, tendem a resistir às mudanças que não lhes assegurem a manutenção de emprego, status, salário e poder".

"Desperdício de recursos, falta de criatividade para inventar novas alternativas, resistência às mudanças, legislação inadequada - as distorções são claras e visíveis, afirma Antonio Carlos, e por isso é praticamente impossível, no momento, nos negarmos a reconhecer a caducidade do Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e a sua virtual falência." (...)

A solução que Antonio Carlos sugere para essa problemática é a municipalização do atendimento ao menor:

"Creio, sinceramente, e a isso fui levado por reflexões, na medida das minhas limitações, profundas, que a alternativa está na construção de uma política social erigida sobre o binômio município/comunidade".

Na medida em que em cada município a comunidade local assumisse o cuidado das crianças, ou o amparo dos adolescentes, desapareceria o quadro de miséria e violência que hoje envolve os menores abandonados nos grandes centros urbanos do País.

Entretanto, a nosso ver, algumas providências de natureza jurídica deveriam ser adotadas no sentido de facilitar-se ao máximo a adoção de crianças por parte de famílias interessadas.

Poder-se-ia criar um tipo de adoção que não implicasse a possibilidade do adotado tornar-se herdeiro do adotante; ou com outras salvaguardas necessárias.

Também poder-se-ia pensar na criação de uma figura jurídica nova a que denominaríamos "menor agregado" pela qual o Estado remuneraria as famílias que recebessem no seu seio para ser educado um infante ou adolescente sem outro compromisso que o de tratá-lo como membro da família até sua emancipação; o Estado cumpriria ainda assegurar a educação deste

menor, bem como a assistência médica.

A solução deste problema, pelo menos no que se refere aos rapazes, poderia caber às Forças Armadas ou às Estadais, enfim a instituições capazes de educar, disciplinar, alimentar, vestir e empregar estes indivíduos em atividades úteis devolvendo-lhes a condição de membros da comunidade brasileira, ou pelo menos a de seres humanos.

A Fundação Bradesco, por exemplo, mantém excelentes escolas por todo o Brasil. Outras instituições industriais, bancárias, agrícolas ou de transportes poderiam, utilizando os mesmos incentivos fiscais, manter esquemas mais adequados de atendimento aos menores dos municípios ou regiões em que atuam.

2.5 - Educação Especial

Por educação especial entenderemos a educação de crianças e adolescentes portadores de alguma característica especial de natureza física, fisiológica ou mental, que incomode ou lhes dificulte a vida.

O nascimento de uma criança com anormalidades representa um grande trauma psicológico para os pais além de constituir, muitas vezes, uma sobrecarga econômica insuportável.

Sendo a Nação uma comunidade genética, os acidentes da natureza que se traduzem por nascimentos de crianças com problemas físicos, fisiológicos (hemofilia, por exemplo), ou mentais (QI muito baixo, ou muito alto), deveriam ser imputados ao grupo social como um todo e não simplesmente às famílias dessas crianças.

Assim a Previdência Social deveria cadastrar imedia

tamente após o nascimento, ou a partir do ponto em que a anomalia começasse a manifestar-se, todas as crianças com anormalidades a fim de que a Nação assumisse a sua manutenção, as despesas com a correção do problema, e a sua educação e assistência psicológica.

A União, os Estados, os Municípios, e as empresas privadas deveriam amparar com vigor todas as instituições voltadas para a educação especial dos excepcionais e velar para que tivessem uma integração normal a atividades profissionais compatíveis.

As mesmas providências seriam tomadas com relação às crianças e adolescentes vitimados por acidentes graves ou moléstias supervenientes incapacitantes ou mutilantes.

2.6 - O 2º Grau e o Ensino Técnico

O 2º grau substituiu o Colegial, o Clássico, e o Normal da antiga legislação e substituiu-os bem mal.

Na implementação do Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-79) a Secretaria Geral do MEC preparou umas "sugestões de estratégia para implantação do ensino de 2º grau" que foram debatidas no VII Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselho de Educação, realizado em Brasília, em maio de 1975.

Segundo esse documento, o 2º grau se posiciona entre os níveis fundamental e superior, e "não sendo um simples aprofundamento do 1º grau, nem mero fornecedor de clientela para o 3º, tem características próprias e funções relevantes a cumprir". (sic)

a) Objetivo do 2º grau:

"O ensino de 2º grau tem como objetivo a formação integral do adolescente, através do desenvolvimento de suas potencialidades, numa perspectiva triplíce:

- Um aspecto individual de auto-realização;
- um outro, individual e social, da qualificação para o trabalho;
- e um terceiro, predominantemente social, de preparo para o exercício consciente da cidadania.

"O ensino de 2º grau deve ser o instrumento que prepara o jovem para participar do desenvolvimento sócio-econômico do País, como fator de produção e produtividade e como destinatário do progresso, evitando, assim, sua marginalização do processo produtivo.

"O aluno deve ser levado a pensar, criticar, criar e agir produtivamente para realizar-se e se habilitar às novas condições de trabalho que vão ocorrendo na sociedade contemporânea, em evolução acelerada."

b) Funções do 2º grau:

"Da análise do objetivo, verifica-se a existência de funções primordiais do ensino de 2º grau:

- Preparar uma infra-estrutura de recursos humanos em nível médio para o desenvolvimento do País (terminalidade);
- possibilitar ao educando a consecução de objetivos pessoais mais amplos (continuidade).

Quanto à sua natureza, afirma o documento, o 2º grau pode ser visto sob dois ângulos: de um lado, o que oferece as habilitações em nível de técnico e de auxiliar técnico, de acordo com o proposto no Parecer nº 45/72; de outro, o que oferece habilitações básicas: Parecer nº 76/75:

"O primeiro assegura um caráter formativo profissionalizante. Formativo, porque visa integrar o educando em sua comunidade local, na sociedade nacional, e em seu tempo histórico; profissionalizante porque o capacita ao exercício de uma profissão, inserindo-o na força de trabalho.

"O segundo, também formativo e profissionalizante, acrescenta um outro conceito de habilitação profissional: um preparativo básico para iniciação a uma área específica de atividade em ocupação que

em alguns casos, só se definirá após o emprego. Trata-se de mais uma opção que, a partir de uma sólida educação geral, possibilita o ingresso no mundo do trabalho ou a continuidade, com melhor perspectiva, em estudos superiores.

Esta modalidade de habilitações centra-se em conhecimento tecnológico básico e amplo de determinada área com uma parte operacional reduzida, a ser realizada em salas ambientes ou laboratórios específicos."

A partir do estabelecido nestes dois pareceres, os alunos de 2º grau podem escolher entre três opções de estudos em nível de técnico, de auxiliar técnico ou de habilitação básica assim caracterizadas:

"- em nível de técnico - preparo para o exercício de uma ocupação que envolve maior soma de conhecimentos técnicos, complementados por uma grande parte operacional;

- Em nível de auxiliar-técnico - preparo para o exercício de uma habilitação parcial (correspondente à parte da de nível técnico) que requer menor soma de conhecimentos específicos dessa ocupação e igualmente uma menor parte operacional;

- em nível de habilitação básica - preparo para determinada área de atividade que requer conhecimento tecnológico básico e amplo dessa área, sem prévia definição em relação à ocupação na empresa."

Examinemos esta proposta de curso profissionalizante segundo as diversas facetas da problemática educacional a que nos referimos na Introdução deste trabalho.

A proposta ressuma de intenções políticas evidentes:

O ensino de 2º grau deve ser um instrumento que prepare o jovem para participar do desenvolvimento sócio-econômico do País, como fator de produção e como destinatário do progresso, evitando sua marginalização do processo produtivo.

O 2º grau não se destina a ser "mero fornecedor de clientela para o 3º. Tem características próprias e funções

relevantes a cumprir tais como o preparo para o exercício consciente da cidadania...

Considerando-se que o resultado geral desta nova proposta foi o rebaixamento intelectual dos egressos do 2º grau, não podemos deixar de concluir que o objetivo político da reforma era na verdade reduzir a demanda pelos cursos de nível superior através da inabilitação de parte dos prováveis candidatos, exatamente daqueles que por suas condições sócio-econômicas não teriam meios de financiar um curso pré-vestibular, contentando-se com atividades profissionais de nível médio por necessidade.

A lógica muito discutível do planejador pode ser assim sintetizada: mais vale um técnico com emprego do que um bacharel, um engenheiro, um médico, ou um advogado desempregado...

Dentro da ótica política, podemos afirmar portanto que a reforma proposta e implantada de que resultou o ensino de 2º grau profissionalizante pode ser cominada de discriminatória contra as classes populares, ao cercear-lhes compulsoriamente, na prática, o acesso a níveis superiores de ensino em troca de "profissão" que "só se definirá após o emprego" destes infelizes, se conseguirem algum, tudo como anteriormente...

Dentro da ótica econômica, o 2º grau passa a ser realmente uma indústria de mão-de-obra semi-qualificada para o desenvolvimento do País.

Examinando as condições desta indústria para levar a cabo projeto de produção tão ambicioso verifica-se de imediato que lhe falta infra-estrutura (as tais salas ambientes

e os laboratórios específicos, por exemplo), além de que o seu pessoal em grande parte não está capacitado para a produção de artigos com especificações tão estritas: sólida educação geral e técnica que possibilite o ingresso no mundo do trabalho e ainda melhores perspectivas para os estudos superiores.

Se examinarmos agora o tipo de matéria-prima desta indústria, constituída em grande parte de alunos com nível sócio-econômico baixo fica evidente que o novo 2º grau estava fadado ao fracasso:

"Do fracasso da profissionalização compulsória do 2º grau podemos pelo menos tirar uma lição: não se cria competência pela via-legal; competência não se cria e sim possibilita-se, favorecendo as condições para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento", como bem afirmou o Prof. Norbertino Bahiense Filho, em Conferência aos Estagiários da Escola Superior de Guerra em 1985.

Qual o efeito desta reforma do ponto de vista dos indivíduos, sujeitos indefesos desta malograda experiência?

Cada um avalie por si mesmo através de introspecção e retrospecção profundas.

Nos países da Europa, onde o planejamento da economia nacional está institucionalizado o planejamento das necessidades de mão-de-obra constitui a base para o planejamento educacional.

O planejamento da mão-de-obra é em última análise apenas um prognóstico que contém as estimativas dos padrões ocupacionais nos diversos grupos ocupacionais.

As três fases do planejamento são as seguintes:

- a) elaboração do plano econômico nacional;
- b) dedução do plano da estrutura ocupacional a par-

tir do plano econômico;

- c) dedução do plano educacional a partir do plano da estrutura ocupacional. (Cf. Nota 1).

Na proposta de reforma do ensino de 2º grau raciocinou-se de maneira inversa, postulou-se um tipo de escolarização capaz de atender a qualquer tipo de demanda de mão-de-obra eventualmente gerada pelo desenvolvimento e deixa-se entrever que os planejadores da educação crêem que esta gera o desenvolvimento. Se assim fosse não haveria desemprego de pessoas educadas. A procura de mão-de-obra é derivada.

Concordamos plenamente com o Prof. Norbertino Bahiense Filho quando afirma:

"Somos a favor de uma estratégia que incentive e fortaleça as boas escolas técnicas. Os alunos verdadeiramente qualificados para o desempenho de um trabalho técnico competente significam per si o "efeito demonstrativo" da boa formação técnica. Por outro lado, as boas escolas técnicas nunca tiveram "vagas ociosas". Cursos como os do SENAC e SENAI sempre foram e cada vez mais são procurados pelos segmentos da população que não podem esperar pelo diploma de nível superior para se inserir em melhores condições no mercado de trabalho.

"Quanto ao ensino de 2º grau, parece-nos ingênuo querer descolá-lo do objetivo propedêutico ao ensino superior, que sempre o caracterizou.

O trabalho gradativo, porém rigoroso e sério de recuperação da escola fundamental, certamente reverterá sobre o 2º grau, evitando-se ocupem os 3 anos deste nível, com a indigestiva e, na maioria das vezes, insatisfatória tarefa de recuperar as deficiências da escolaridade."

2.7 - O Ensino Militar

A razão de mencionarmos aqui brevemente o ensino militar é porque julgamos que este segmento do ensino público, sendo regido por lei especial, escapou às experimentações re-

formistas e manteve o seu nível tradicional de eficiência e disciplina.

As Forças Armadas mantêm estabelecimentos de ensino em todos os níveis espalhados por todo o Brasil.

Não é fácil comparar resultados entre as unidades escolares das Forças Armadas e as demais do ensino público ou privado do País, devido às características de cada grupo.

O ITA, por exemplo, além de outras diferenças importantes, funciona em regime de internato não sendo, portanto, análogo a nenhuma Universidade brasileira.

As únicas escolas mantidas pelas Forças Armadas que são semelhantes às do ensino público são os Colégios Militares, os quais não são muito diferentes das escolas de 1º e 2º graus cujos alunos pertençam às famílias de renda semelhante às daquelas que têm seus filhos nos Colégios Militares.

No Brasil existem atualmente nove colégios militares, mantidos pelo Exército, e estabelecimentos similares mantidos pela Aeronáutica ou pela Marinha.

Estes colégios admitem filhos de militares e civis, mediante exames de seleção, sendo as vagas não completadas pelos filhos de militares atribuídas aos civis, mediante outro exame de seleção.

Os colégios militares ministram ensino secundário convencional de 1º e 2º graus, sem compromisso com a carreira militar. Os colégios prestam ensino em caráter assistencial aos filhos de militares, que pagam mensalidades que decrescem com o número de crianças na família. Os filhos dos civis, que constituem a maioria dos alunos em alguns colégios, pagam mensalidades integrais.

O corpo docente dos colégios militares é constituído por civis e militares selecionados por concurso. Os militares qualificados para o ensino prestam concurso para colégios específicos.

Em 6/10/85, os jornais do País estamparam a notícia de que o Ministro do Exército cogita da extinção destes colégios. Dos nove existentes hoje, somente serão preservados o do Rio de Janeiro, por ser histórico, o de Brasília, e o de Manaus, pela carência do ensino na área e pela necessidade de atender aos filhos dos militares que servem na fronteira amazônica. Os de Porto Alegre e Fortaleza serão transformados em Escolas Preparatórias de Cadetes, estabelecimentos de 2º grau, preparatórios para a Academia das Agulhas Negras; os de Recife e Curitiba serão transformados em escolas para Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos. O relatório, da responsabilidade do General-de-Brigada Clodoaldo Pinto, não especifica qual será a natureza da transformação dos dois outros colégios militares a serem desativados: os de Belo Horizonte e Salvador:

"O Exército não se preocupa com os efeitos da extinção de seis dos Colégios Militares. O relatório lembra que o Ministério da Educação vai contar no próximo exercício (1986) com um orçamento de Cr\$ 33 trilhões para avocar a tarefa.

"O levantamento do pessoal militar empregado nos nove Colégios Militares levou o Alto Comando à evidência de que estaria ocorrendo um emprego exagerado de pessoal militar nessa tarefa - o ensino assistencial - que não é essencial ao Exército, mas apenas complementar".

"Naqueles nove colégios há 503 oficiais empregados, além de 1860 praças, num total de 2.363 militares.

"E, para completar, a pesquisa conclui que há uma baixa contribuição dos Colégios Militares para

as Escolas de Formação de Oficiais, em particular para a do Exército. É que o contingente de alunos que ingressa na Academia das Agulhas Negras nem sempre é integrado pelos melhores estudantes daqueles estabelecimentos, os quais via de regra, são atraídos para as carreiras civis". (Cf. Jornal do Brasil, 6/10/85, pág. 12).

Diante do quadro sombrio do ensino de 1º e 2º graus no Brasil, e na atual conjuntura política, a tranquilidade com que o Alto Comando do Exército cogita extinguir seis estabelecimentos de escola nas principais capitais brasileiras, alegando que essa atividade não é essencial às Forças Armadas, suscita graves reflexões sobre a sensibilidade política e o descortino das nossas autoridades militares.

As Forças Armadas existem para prestar serviços à população. O maior destes serviços é o aprestamento da Nação para a sua defesa e a condução da guerra, mas estes não são os únicos serviços que podem prestar e não será por estes, por mais essenciais que sejam, que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica se farão amar pelo povo. Ao contrário, nada mais indesejável que a guerra, nada mais incômodo do que o serviço militar, ou um exercício sério de mobilização, ninguém sobrepuja os militares em impopularidade nos tempos de paz e, especialmente, no após-guerra...

Entretanto, a sublimidade dos seus verdadeiros fins confere às Forças Armadas um forte carisma, que lhes assegura o máximo respeito do povo.

Esta preeminência das Forças Armadas por si só as qualifica para um amplo esforço educacional, visando a maior integração possível entre o mundo civil e o militar, pelo aperfeiçoamento físico e enrijecimento moral da juventude, espe-

cialmente aquela proveniente das classes médias e das classes populares, estas últimas até preferentemente.

Entretanto, os militares, para nossa surpresa, não valorizam atividades que não estejam ligadas de modo essencial às finalidades precípua das Forças Armadas. De um Oficial de Marinha, por exemplo, ao elogiarmos a existência de navios hospitalares na Amazônia, ouvimos a inesperada resposta: "A finalidade da Marinha não é dar injeção em bunda de índio" (sic)

A extinção dos Colégios Militares corre na mesma linha de raciocínio, para estupefação dos civis. E isto podemos comprovar transcrevendo a carta de uma senhora paranaense, publicada no Jornal do Brasil, e que demonstra a inconveniência política dessa medida:

"Vejo com alegria que esse jornal tem dado aco-
lhida à causa justa do não fechamento dos Colégios
Militares nas capitais do Brasil(...)

"Sou bancária e meu marido é professor in-
glês, naturalizado brasileiro. Nosso filho prestou
o concurso de admissão ao Colégio Militar de Curi-
tiba em janeiro de 1985, obtendo o 1º entre cente-
nas de meninos. Durante todo este ano tem sido o
primeiro entre 200 alunos de sua série. Pagamos de
mensalidade Cr\$ 110 mil para o colégio. Meu marido
foi relutante a princípio, em mandar nosso filho a
um colégio militar mas lhe assegurei que lá ele te-
ria um ensino seguro e eficiente, ministrado por
professores civis em sua grande maioria (56) con-
cursados em exame público.

"Nosso filho Andrew Shepherd, 12 anos, está
tendo todos os seus sonhos destruídos. Não poderá
nem completar o 1º grau, pois o General Leônidas Pi-
res, na sua insensatez acabará com o colégio em
1987. O General não quer saber que de lá como de
outros colégios militares no Brasil, saem brilhan-
tes cabeças tanto para a vida civil como para a vi-
da militar.

"Será que o Ministro Pires vê o ensino como um
ônus e não como um investimento? Será que uma rixa
entre Ministério do Exército e Ministério da Edu-

cação(...) deixará, só para falar de Curitiba, 800 jovens brilhantes sem campo para exercitar suas habilidades? Será que o Ministério do Exército, que está pregando a política de não elitização do mesmo, guardará os colégios militares para pura e simplesmente filhos de militares servindo no Rio, Brasília e Manaus? (Já notou o Jornal do Brasil que as duas primeiras cidades são as que concentram a nata do Exército fazendo Escola de Estado-Maior e Superior de Guerra) O que pretende o General Pires fazer com os filhos de civis?

Nós brasileiros assalariados, agraciados que fomos com crianças inteligentes e perspicazes não temos condições de pagar escolas em que nossos filhos tenham o que lhes é devido por lei: alto nível acadêmico. Seremos na Nova República mais uma vez pisoteados; nós da minha geração, tenho 37 anos, estamos já acostumados. Mas, e nossos filhos? (...) Tânia Shepherd. Curitiba (Cf. Jornal do Brasil, 29/10/85, pág.10)

A tradicional distinção entre assuntos militares e assuntos civis tem se tornado cada vez menos significativa em todo o mundo desenvolvido, e inclusive no Brasil.

Na medida em que aumenta a estatura estratégica de um país, em consequência do crescimento demográfico e do desenvolvimento econômico, como no caso brasileiro, crescem as responsabilidades das Forças Armadas e as necessidades de maior especialização técnica.

Paradoxalmente, o desenvolvimento faz com que não seja mais suficiente que as Academias Militares formem apenas bons soldados, marujos ou pilotos, e chefes capazes de comandá-los na guerra.

Atualmente, um número cada vez maior de militares é chamado a trabalhar em estreito contato com diplomatas, administradores, capitães-de-indústria, cientistas, líderes sindicais e educadores.

Participam na formação de políticas industriais e na promoção de nova legislação, agem sobre as estruturas po-

líticas da Nação e opinam sobre a política econômica, a política externa, e a formação da juventude.

Precisam entender e comunicar-se com líderes políticos, ministros, burocratas e uma infinidade de especialistas, cujos julgamentos devem ser capazes de bem avaliar.

Devem estar preparados para decidir sobre matérias que afetam uma grande variedade de interesses civis e ponderar as motivações e a força de outros países e estimar a capacidade do poder nacional de influenciar o comportamento das demais nações, amigas ou inimigas.

Acima de tudo, o maior envolvimento dos militares na vida nacional exige deles uma mais aguçada percepção da delicada natureza de um país democrático. Os civis e o sistema escolar civil podem aprender muito na contemplação das políticas e práticas pedagógicas dos estabelecimentos militares e inversamente as instituições civis podem e deveriam dar uma contribuição maior para a formação dos nossos chefes militares, especialmente as Universidades.

2.8 - O Serviço Militar

Pedagogicamente o serviço militar, em qualquer das Forças Singulares, é um curso de nível elementar a médio, realizado sob condições ideais e controlados para o sucesso: regime de tempo integral, internato ou semi-internato, com alimentação, alojamento, vestuário, treinamento físico, assistência médica e odontológica e formação específica, em ambiente de elevada disciplina, respeito mútuo, motivação, camaraderagem e vibração cívica.

De todos os serviços que as Forças Armadas prestam

à Nação, este é sem dúvida o que de mais perto fala à juventude brasileira.

Entretanto, o serviço militar num ponto deixa muito a desejar: não se estende a todos os jovens brasileiros.

As justificativas apresentadas para essa anomalia são diversas: certas regiões são consideradas por um motivo ou outro como não tributárias do serviço militar, municípios situados em regiões agrícolas são dispensados, um grande contingente de jovens deixa de ser incorporado por motivos de saúde, alguns bastante fúteis, como por exemplo "pés chatos", e baixa estatura.

Aos jovens oriundos das camadas prósperas da população nunca foi impossível furtar-se ao serviço militar, uma vez que os contingentes dos que se apresentam excedem de muito às quotas fixadas para incorporação.

Até recentemente eram incorporados jovens analfabetos ou semi-alfabetizados, que recebiam nas Escolas Regimentais um curso primário supletivo, ministrado geralmente à noite. Hoje, com a elevação do nível educacional algumas unidades refugam este tipo de recrutas. É um grande erro cívico perpetrado contra uma camada da população já discriminada em outros setores.

Em algumas cidades o serviço militar pode ser prestado em "Tiros de Guerra", sem o aquartelamento. Os Tiros de Guerra deveriam, na impossibilidade de uma incorporação ampla e regular, ser expandidos, reforçados com a presença de um Oficial de Educação Física, e multiplicados por um número cada vez maior de municípios, especialmente os classificados como tributários.

Consideramos o serviço militar como um instrumento disponível, embora capaz de grandes aperfeiçoamentos para a educação e recuperação física de um vasto contingente de jovens brasileiros, que através dele poderiam pela primeira vez em suas vidas usufruir de um regime alimentar adequado, receber instrução básica, treinamento profissional, educação sexual e assistência médica e odontológica, pelo período de um ou mais anos.

É evidente que as Forças Armadas não teriam, na sua estrutura atual, recursos materiais e humanos para levar a cabo semelhante projeto. Os recursos materiais adicionais poderiam no entanto ser obtidos do Ministério da Educação, do Ministério da Previdência Social, além de outros cujas áreas de atuação sejam compatíveis com a tarefa, como por exemplo, o da Indústria e Comércio, quanto ao treinamento profissional.

2.9 - O Ensino Superior ou 3º Grau

A partir de 1964, o Ensino Superior sofreu grande expansão quantitativa e decréscimo qualitativo acentuado.

Destinado em princípio a formar os quadros dirigentes do País, o Ensino Superior encontra-se atualmente numa situação bastante crítica a exigir profundas reformulações.

A ampliação da rede particular de ensino de 1º grau, fortemente subsidiada pelo Setor Público, e os fortes conflitos internos politicamente motivados no interior das grandes Universidades estaduais e federais deram como resultado a formação de vastos contingentes de profissionais liberais com ní

vel acadêmico insuficiente, para descrédito do sistema de ensino superior no País.

Entretanto, o principal vício do ensino de 3º grau é o seu descomprometimento com os demais níveis de ensino. A Universidade não contribui para o aperfeiçoamento do ensino de 2º e 1º graus, que por sua vez não propiciam formação adequada para seus egressos que em última instância acabarão batendo às portas do 3º grau, fechando-se assim o círculo vicioso da incompetência acadêmica no Brasil.

A Universidade, teoricamente, deveria ser o local privilegiado do ensino e da pesquisa básica.

A existência da pesquisa significaria a possibilidade de ensino sempre renovado, estimulante e de alto nível. De fato isto não se dá.

A implantação dos Cursos de Pós-Graduação e Mestrado, paradoxalmente, vieram contribuir para a queda do nível de ensino dos cursos regulares de graduação, que passaram a meros cursos propedêuticos ao pós-graduação, perdendo a sua terminalidade.

Os cursos de pós-graduação, em princípio, se destinam a formar os futuros quadros docentes das Universidades; na prática, constituem apenas um prolongamento do curso de graduação, muitas vezes somente uma revisão indigesta de matérias já estudadas superficialmente na Faculdade, seguida de uma dissertação de mestrado, a ser desenvolvida individualmente, sob orientação.

Somente os que já passaram por semelhante transe é que podem avaliar o custo deste processo em termos de frustrações e desilusões pessoais.

O Mestrado e o Doutorado, atualmente, pelo menos em São Paulo, seguem os moldes, respectivamente do "Master Degree Program" e do P.H.D. americanos. A seleção para a admissão a estes cursos tem forte conteúdo político, pesando consideravelmente na seleção final dos candidatos as "cartas de recomendação", que nos Estados Unidos tem como finalidade permitir uma valiação do potencial acadêmico do candidato, enquanto, na versão brasileira, servem mais para aferir o círculo de influência a que pertence o futuro mestre...

Sendo a carreira acadêmica muito pouco atraente em termos salariais, mesmo assim a procura pelos cursos de pós-graduação é intensa e um desiderato natural dos melhores alunos como uma forma de distinguir-se da vasta massa de bacharéis que anualmente se formam e passam a concorrer no mercado de trabalho. O Doutorado destina-se aos ungidos, ou aos loucos.

NOTAS AO CAPÍTULO 2

Nota (2): Tendo em vista evidenciar um aspecto interessante da reforma do ensino de 2º grau, como instrumento de preparação de uma infra-estrutura de recursos humanos (manpower planning) em nível médio, visando o desenvolvimento do País (crescimento do PNB acima do crescimento da população, tudo em termos percentuais), vejamos um esquema utilizado para se chegar ao planejamento educacional, a partir do plano econômico.

1. Estima-se o produto interno bruto (PIB).
2. Estima-se a produção para cada setor da economia e a distribuição setorial da produção nos dife-

rentes setores, no último ano do plano.

3. Estimam-se as produtividades nos diferentes setores.
4. Estima-se a estrutura ocupacional em cada setor (com base na estimativa da produtividade, podemos obter o número provável de pessoas que trabalharão nas diferentes ocupações e nos diferentes tipos de ofícios).
5. A soma dos números nos diferentes setores fornece informação sobre a provável estrutura ocupacional da Nação.
6. O tipo e quantidade de educação e o treinamento necessário para as diferentes categorias ocupacionais deve ser estimado. Se combinarmos isto com o número de pessoas necessárias (ponto 5), podemos obter o número de pessoas que devem ser treinadas em certos tipos de escola para as várias categorias ocupacionais.
7. O total de dados para a escolarização necessária nas diferentes categorias ocupacionais fornece as necessidades nacionais de treinamento.
8. O aumento esperado da mão-de-obra deve ser distribuído de acordo com os vários níveis de escolaridade. O número dos que provavelmente ainda estarão trabalhando ao final do período coberto pelo plano, em cada categoria, deve ser subtraído das cifras nacionais totais da demanda (ponto 7).
9. Para determinar o número de pessoas que deverão

receber os diferentes tipos de graus, diplomas e certificados, deve-se fazer uma estimativa da proporção dos que os possuem mas não trabalham. Para atingir o número necessário de estudantes para cada tipo de escolarização, esta percentagem deve ser adicionada à demanda total de cada nível (como descrito no ponto 8. (Cf. Mándi, Peter: Education and Economic Growth, págs.96-106).

CAPÍTULO III

NOVA POLÍTICA PÚBLICA EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

Ao assumir há sete meses, o atual governo encontrou todos os problemas que vimos referindo até aqui:

Mais de oito milhões de crianças fora das escolas, na faixa de escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos; trinta milhões de analfabetos; evasão incontrolável de alunos carentes no 1º e 2º graus; situação salarial insatisfatória do professorado, especialmente no Nordeste, onde o salário está abaixo do mínimo e a maioria dos professores são leigos, ou sem formação adequada; ausência de material didático; precariedade das instalações; insuficiência na quantidade e na distribuição da merenda escolar; e vários outros problemas de licados.

Na área do ensino superior, o governo encontrou a crise instalada nas Universidades federais e autárquicas, sem capital nem condições de exercer seu real papel na formação dos futuros profissionais.

O grande desafio, porém, se concentra no ensino de primeiro e segundo graus.

O governo atual ainda não formulou um plano completo de reforma educacional e se tem limitado a grandes inquêritos como o do Dia Nacional de Debate Sobre Educação, realizado no dia 18 de setembro do corrente ano. Já foram, entretanto, definidos três projetos prioritários.

Na área do ensino superior foi nomeada comissão de estudos cujas conclusões ainda não foram divulgadas.

A chave para a recuperação do ensino de 1º e 2º graus, base de toda a escolarização posterior, está na formulação de novos currículos e na preparação intensiva de professores para executá-los.

O pedagogismo que há vinte anos vem transformando a escola brasileira em campo de experimentação tem impedido vislumbrar uma verdade banal e facilmente verificável, a de que a qualidade do ensino e a sua eficácia dependem em primeiro lugar de professores que dominem as matérias e tenham uma certa motivação profissional; e em segundo lugar da existência de material pedagógico adequado, e outros meios auxiliares do ensino.

É óbvio que professores capazes e material pedagógico adequado de nada valerão se os estudantes não tiverem condições físicas e alimentares adequadas.

A ênfase excessiva no ensino superior tem conotações políticas evidentes. Entretanto, o 1º grau é que deveria merecer o esforço prioritário do governo.

O 2º grau deveria voltar a ter um caráter científico e cultural, desenvolvendo-se o ensino profissionalizante em escolas próprias com o patrocínio dos setores industriais interessados.

De qualquer forma os currículos escolares do 1º e 2º graus deveriam enfatizar a formação científica e matemática dos alunos, além de fornecer-lhes forte base humanística pelo estudo da História, da Geografia, e das Ciências Sociais, inclusive Economia, além de garantirem até o 2º grau o

perfeito domínio da Língua Portuguesa e a capacidade de ler pelo menos um idioma estrangeiro dentre os mais importantes.

Na verdade uma reforma profunda do nosso sistema educacional passaria por uma reformulação das atribuições do Ministério da Educação.

Este Ministério deveria ocupar-se apenas do ensino de 1º e 2º graus.

O ensino superior deveria sofrer um grande desmembramento de modo a associar mais estreitamente as Faculdades às suas respectivas áreas de interesse na vida real da Nação e aos diversos ministérios que sobre elas tem jurisdição ou atuação.

Somente a título de ilustração, poderíamos propor em tão as seguintes redistribuições de competência:

As Faculdades de Economia, Administração e Ciência Contábeis passariam para o âmbito do "Ministério da Economia e Finanças" (Secretaria do Planejamento e Ministério da Fazenda).

As Faculdades de Medicina, Higiene, Farmácia e Saúde Pública, passariam naturalmente para o Ministério da Saúde, que assim assumiria os hospitais universitários.

As Faculdades de Engenharia seriam atribuídas aos diversos ministérios afins, como por exemplo: as Faculdades de Geologia, Minas e Eletrônica, ao Ministério das Minas e Energia; as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo passariam para o âmbito do Ministério do "Planejamento Urbano", etc.

Esta nova redistribuição possibilitaria maior contato dos estudantes com sua respectiva área profissional e a adequação dos currículos às reais necessidades do País.

Quanto ao ensino profissionalizante deveria ser atribuição dos próprios setores industriais, comerciais e agrícolas ou dos Ministérios afins.

Liberado desta enorme responsabilidade que lhe consome quase a totalidade dos recursos, poderia o novo Ministério da Educação dedicar-se então à tarefa de eliminação do analfabetismo e elevação dos padrões de ensino no 1º e 2º graus até atingirmos níveis compatíveis com as nossas necessidades e superação do nosso atraso.

É comum na Europa e nos Estados Unidos, que grandes indústrias patrocinem unidades universitárias que realizam pesquisas de seu interesse.

A redistribuição das Faculdades aqui proposta sem dúvida permitiria um maior entrosamento das diversas áreas industriais com a pesquisa básica do seu interesse, sob a égide do Ministério correspondente.

A proposta teria também além do mérito da desburocratização, o do fracionamento e redirecionamento dos interesses políticos que não encontram vazão hoje no atual sistema universitário.

As Reitorias evidentemente passariam a ter atribuições mais restritas como convém ao bom sucesso do ensino. As Cidades Universitárias no novo esquema deixariam também de ter o papel que hoje desempenham e que consiste apenas em trazer as diversas unidades universitárias ao alcance do Reitor, sem proporcionar a esperada integração entre pesquisadores e alunos das diversas áreas, hoje mais separados, mutuamente refratários e divididos do que nunca.

Escolas como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica

ca, estreitamente ligado ao Ministério da Aeronáutica, e à Indústria Aeroespacial, exemplificam o tipo de modelo que temos em vista como solução para o quadro universitário sombrio com que nos defrontamos hoje.

Um outro problema na área do ensino superior, problema grave, ao qual a Nação Brasileira não tem dispensado a necessária atenção é o do completo divórcio entre as instituições de ensino superior civis e os centros de formação e aperfeiçoamento de oficiais das três Forças.

As crescentes responsabilidades dos oficiais superiores das Forças Armadas em assuntos que afetam o mundo civil aconselham maior aproximação entre civis e militares no nível universitário.

Esta aproximação e integração intelectual, cultural e científica pode-se fazer por uma ampliação e adequação dos Cursos de Preparação de Oficiais da Reserva, nas três Forças Singulares, com vistas à formação de uma reserva efetiva e numerosa de Oficiais R/2, das mais diversas áreas acadêmicas ("thinktanks").

Consideramos igualmente necessário que se facilite aos Oficiais das Forças Armadas o acesso a cursos universitários civis no decorrer de sua carreira como pré-requisito aos postos do oficialato superior.

Por outro lado deveriam ser convidados civis para os Cursos de Estado-Maior, ou outros, de frequência obrigatória para os Oficiais Superiores.

É uma perfeita falácia supor-se que um Oficial por ampliar seus horizontes culturais e científicos deixe de ser menos técnico e eficiente em suas funções militares.

Um grande exemplo de desencontro entre civis e militares de um tipo que não deveria mais ocorrer: O Estudo de Problemas Brasileiros, que apesar do título inofensivo vem constituindo um grande constrangimento para as Unidades Universitárias que devem proporcioná-lo obrigatoriamente aos seus alunos, sem que possa ser computado como carga horária.

Qualquer curso universitário digno desse nome em qualquer área é um estudo de Problemas Brasileiros. Supor que, se a Lei não obrigar, a Universidade não estudará questões brasileiras é incorreto e insultuoso.

O patriotismo não pode ser imposto por uma comissão a país algum, e não pode ser aguçado em jovens de 20 anos simplesmente obrigando-os a assistir algumas conferências insípidas em horários inconvenientes, por força de Lei.

Outro exemplo de divórcio entre os dois mundos, civil e militar, é o debate que um grupo de professores e alunos da Universidade de Brasília acha necessário suscitar, com vistas à Constituinte, sobre a necessidade ou legalidade da convocação dos jovens brasileiros para o serviço militar... (in Programa da Rádio Ministério da Educação, em 3/11/85).

É trágico!

CAPÍTULO IV

FINANCIAMENTO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

EM EDUCAÇÃO

O orçamento do MEC para 1986 deverá atingir um montante de Cr\$ 39 trilhões, contra os Cr\$ 5 trilhões de 1985.

Sobressaem, como principais fontes, as receitas não vinculadas do Tesouro, no total de Cr\$ 27,5 trilhões; o FINSOCIAL, Cr\$ 5,1 trilhões; o Salário-Educação Cr\$ 2,1 trilhões; e as operações de crédito Cr\$ 1,6 trilhão.

Estes recursos permitirão viabilizar todos os programas desenvolvidos no MEC a partir do próximo ano.

A grande prioridade da educação no atual governo, afirma o Senador Marco Maciel, Ministro da Educação, é assegurar a universalização do ensino, especialmente do ensino básico, de modo a tornar efetivo esse direito social. (Cf. O Globo, 30/10/85, pág. 32).

Ademais, pretende-se garantir a melhoria da qualidade do ensino, o estabelecimento de padrões mais elevados de desempenho nas atividades de pesquisa e de extensão acadêmica, a expansão da oferta e aprimoramento do ensino supletivo e do ensino destinado às pessoas portadoras de deficiência, a integração da educação física e do desporto no processo educacional, a utilização de recursos tecnológicos para fins educativos, a elevação dos níveis de participação da comunidade na solução dos problemas educacionais e, por fim, a redefini-

ção das competências da União, dos Estados e Municípios quanto à prestação dos serviços educacionais. Neste contexto foram eleitos prioritários os programas "Educação para Todos", "Nova Universidade" e "Melhoria do Ensino de 2º Grau."

O programa "Educação Para Todos" enfeixa um conjunto de ações voltadas para a universalização da educação e a permanência da criança na escola de 1º grau. A sua execução supõe, desde já, o aumento na oferta de matrículas, o que, em última análise, exige a construção, reforma e ampliação de escolas em locais onde se constatem déficits escolares.

Inclui também uma política de valorização do magistério, não apenas no que diz respeito à garantia de justa remuneração e progresso na carreira, mas também no que se refere à elevação dos níveis de qualificação e estabelecimento de medidas orientadas para a valorização social e profissional da carreira docente.

No próximo ano, o programa "Educação Para Todos" absorverá um volume de recursos que se eleva a Cr\$ 7,2 trilhões (não computados Cr\$ 2,1 trilhões provenientes do Salário-Educação que, por força de mandamento constitucional são necessariamente canalizados para o ensino de 1º grau).

Nesse programa Cr\$ 5,1 trilhões se destinam à merenda escolar, Cr\$ 920 bilhões aos programas de livro e material didáticos e Cr\$ 1,2 trilhão à expansão da rede física.

Quanto ao ensino superior, o governo pretende criar uma "Nova Universidade", através de dotações globais de recursos às Universidades Federais, tendo em vista suas necessidades de manutenção, desempenho acadêmico e estabelecimento de condições satisfatórias de infra-estrutura.

Esse programa se preocupa em recuperar a qualidade do ensino de 3º grau, mediante a adoção de ações objetivando a capacitação de docentes, a revisão dos currículos, a melhoria de infra-estrutura e laboratorial, a recuperação e expansão dos acervos bibliográficos.

No tocante à valorização do magistério, há que se propiciar adequados padrões de remuneração, progresso funcional fundamentada precipuamente no mérito e na titulação, o estímulo à dedicação exclusiva às atividades de pesquisa.

Do total de aproximadamente 1,5 milhão de universitários, o setor público como um todo responde por cerca de apenas 40% das matrículas em cursos de graduação. O restante dos alunos distribui-se por 20 universidades particulares e 593 estabelecimentos isolados, responsáveis pelo atendimento de 400 mil alunos.

O reaparelhamento das universidades passará também por uma reciclagem do corpo docente. Hoje, nas universidades federais, embora 70 por cento do corpo docente se dediquem em tempo integral ao magistério superior, somente 22 por cento de seus professores têm título de mestre e 12 por cento de doutor.

Com respeito ao programa "Melhoria do Ensino de 2º Grau", a ênfase será na consolidação e expansão das escolas técnicas industriais e agrícolas, diversificando-se, entretanto, o quanto possível, sua oferta de habilitações, de modo a alcançar o setor de serviços modernos - a exemplo, da informática, área de atividades que se encontram na base da revolução tecnológica que o mundo moderno está conhecendo.

Além desses programas - "Educação Para Todos", "No-

va Universidade" e "Melhoria do Ensino de 2º Grau" - o MEC pretende desenvolver outros, nas áreas de ensino supletivo, educação especial, educação física e desporto e novas tecnologias educacionais.

Com a assinatura do Presidente José Sarney, no 24 de junho de 1985, sancionando a Lei 7.348, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 24, de 1983, de autoria do Senador João Calmon, criando condições para o seu cumprimento a partir de 1986, mudou radicalmente o panorama financeiro da Educação no Brasil. Reza a Lei:

"Anualmente, a União aplicará nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino". (Cf. Estado de São Paulo, 13/10/85).

A sua aplicação representará, na prática, a elevação do orçamento federal de Educação de Cr\$ 5 trilhões em 1985 para Cr\$ 39 trilhões no próximo ano.

A aplicação da Lei 7.348 a nível municipal gerará má alocação de recursos, visto que há municípios onde a necessidade de recursos para educação é inferior a 25%, enquanto que outros setores exigem maiores aplicações.

O grande vulto de recursos do MEC absorvidos pelo ensino superior é um problema grave, ainda não equacionado.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

EDUCAÇÃO. DESENVOLVIMENTO. SEGURANÇA

Em 1782, no auge da Revolução Francesa, Condorcet assim exprimiu o ideário educacional de um povo livre, como bases para uma reforma do ensino:

"Facultar a cada indivíduo da espécie humana os meios de prover as suas necessidades, de conseguir o seu bem-estar; torná-lo cōnscio defensor dos seus direitos e esclarecido cumpridor dos seus deveres, garantir-lhe a facilidade de aperfeiçoar a sua indústria, de se habilitar para o desempenho de funções sociais a que tem o direito de ser chamado, de desenvolver completamente os talentos que recebeu da natureza; estabelecer entre os cidadãos uma igualdade de fato e realizar a igualdade de fato e realizar a igualdade política reconhecida pela lei, tal deve ser o primeiro objetivo de uma instrução nacional e, sob este aspectô, ela é para os poderes públicos um dever de justiça" (apud Neidson Rodrigues. Por uma nova escola, 1985, pág. 52).

A situação social que o Brasil enfrenta hoje é muito semelhante à da França de 200 anos atrás. A nobreza de então correspondem hoje as classes médias altas detentoras da ciência, da cultura, do direito e dos privilégios contra a vasta maioria da população encarada como simples semovente disponível para qualquer uso e perfeitamente descartável.

Não é preciso dizer mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, Raymundo Moniz de. A instrução pública no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. da F.G.V., 1985.
- COLLINS, John M. Grand Strategy. Principles and Practices Annapolis, Maryland, Naval Institute Press, 1974.
- CUNHA, Luiz Antonio. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- _____. Luiz Antonio e Moacyr de Goês. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- FERRAZ, Esther de Figueiredo. Alternativas da Educação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito, 6ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- MACIEL, Marco. "Nova Universidade". MEC. Exposição nº 88, de 25 de março de 1985. Prioridade para o ensino básico". Discurso do Ministro Marco Maciel na Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados. Brasília, 12/6/85. "Educação para Todos". MEC. Exposição de Motivos nº 125 de 31 de maio de 1985.
- "Conferência aos Estagiários da Escola Superior de Guerra. Turma Tancredo Neves. Rio de Janeiro, ESG, 1985.
- MÁNDI, Peter. Education and Economic Growth, Budapest, Akadémiai Kiadó, 1981.
- MASLAND, John W. And Laurence I. Radway. Soldiers and Scholars. Military Education and National Policy.

JORNAIS: (março/nov, 1985)

Folha de São Paulo

Estado de São Paulo

O Globo

Jornal do Brasil.

RESUMO INFORMATIVO

CARVALHO, Darcy, Diretrizes e Bases Para Uma Reforma da Educação Nacional nos Seus Diversos Níveis, Definição das Competências da União, dos Estados e dos Municípios, Buscando-se a Melhor Destinação dos Recursos Disponíveis e a Utilização de Novas Tecnologias Educacionais Trabalho Especial. Tema nº 80. Rio de Janeiro, RJ, Escola Superior de Guerra 1985.

O trabalho estuda o sistema educacional brasileiro procurando evidenciar alguns dos seus pontos falhos especialmente no que se refere à educação básica.

O sistema educacional brasileiro ainda se ressentido de algumas posturas filosóficas inadequadas para um País com grandes disparidades sócio-econômicas e culturais como é o caso do Brasil. A educação é encarada pelo autor como um instrumento de transformação social que permite a coalescência das classes sociais e a eliminação de conflitos, constituindo-se num poderoso ativador da concorrência e da mobilidade social.

A dicotomização da sociedade brasileira entre civis e militares não corresponde às necessidades da Nação, e mascara a interpenetração das áreas de competência e atividades dos dois conjuntos de cidadãos.

O autor considera as Forças Armadas como um grande instrumento que poderia ser melhor e mais amplamente utilizado na educação da juventude.

Segundo o autor, o atual governo embora já tenha dado um passo colossal ao assegurar vultosos recursos para a educação, ainda não conseguiu equacionar o problema em toda a sua plenitude e profundidade.